

ESTABELECIDOS E OUTSIDERS: TRAÇANDO UM PARALELO COM A INCLUSÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

Ruth Eugênia Cidade
Universidade Federal do Paraná

Resumo

O livro *Os estabelecidos e os outsiders* de Norbert Elias e John Scotson é um estudo realizado na comunidade Wiston Parva, situada nos arredores de Londres, onde Elias e Scotson “empreenderam uma reflexão teórica ambiciosa, que revolucionou os rumos da teoria social contemporânea, sobre os tópicos candentes das desigualdades e das relações de poder delas decorrentes.” (Miceli, 2000, p. 1). Alguns dos conceitos como *outsiders*, estigmatização e preconceito abordados na Introdução do livro foram a base deste ensaio para traçar um paralelo entre estes e alguns dos problemas da inclusão dos portadores de deficiência na escola brasileira. E assim como em Wiston Parva onde os *outsiders* foram estigmatizados e menos valorizados por exigências normativas dos estabelecidos, assim os portadores de deficiência, considerados com “defeito” e em desvantagem têm enfrentado também expectativas normativas na escola.

Palavras-chave: Estabelecidos; *outsiders*; estigmatização; portadores de deficiência; escola brasileira.

Os estabelecidos e os outsiders

O livro “Os estabelecidos e os outsiders” de Norbert Elias e John Scotson é um estudo realizado na comunidade Wiston Parva, situada nos arredores de Londres, onde Elias e Scotson “empreenderam uma reflexão teórica ambiciosa, que revolucionou os rumos da teoria social contemporânea, sobre os tópicos candentes das desigualdades e das relações de poder delas decorrentes.” (Miceli, 2000, p. 1).

A comunidade Wiston Parva apresentava em seu interior uma clara divisão, embora aparentemente fosse uma comunidade relativamente homogênea segundo indicadores sociológicos correntes (renda, educação, ocupação, religião, etc.). Havia dois grupos: os “estabelecido”, moradores no local desde longa data e os “outsiders”, um grupo novo de residentes. Sendo assim, nessa pequena comunidade, observou-se a situação de estabelecidos-outsiders, ou seja, o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores, excluindo todos os membros do outro grupo do contato social não profissional e o controle social era mantido através das fofocas dos tipos elogiosa e depreciativa.

A peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder. A superioridade de forças do grupo estabelecido baseava-se no alto grau de coesão de famílias que se conheciam a duas ou três gerações, em contraste com os moradores recém chegados, que eram estranhos não apenas para os antigos residentes como também entre si. Um era estreitamente integrado, o outro, não. Esta falta de coesão era usada para excluir e estigmatizar os outsiders. “Assim, a exclusão e a estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar.” (Elias e Scotson, 2000, p. 22).

Os autores falam sobre as associações locais e atuação dos estabelecidos nas atividades dentro de cada família e nas dos grupos de famílias que se fundiam umas nas outras e fortaleciam os laços familiares. Ao ler este capítulo tem-se uma idéia das atividades e interesses de lazer de uma parte da comunidade em instituições como o Clube dos idosos, a Banda, o Clube de Boliche e o Comitê Beneficente.

Fica especialmente claro como as fofocas serviam como obstáculos à integração entre os grupos. A fofoca elogiosa era utilizada pelo grupo estabelecido para apoiar e elogiar as pessoas aprovadas dentro do próprio grupo. Já a fofoca depreciativa utilizada pelo grupo estabelecido enfatizava os clichês, o estigma e afetava a identidade coletiva dos outsiders.

Sob muitos aspectos, configurações como as estudadas nesta pesquisa exercem um certo grau de coerção sobre os indivíduos que a compõem. No sentido de que as configurações que os indivíduos formam entre si exercem algum poder sobre esses mesmos indivíduos e restringem sua liberdade no âmbito das decisões como resultado da interdependência entre eles. “Talvez, através de uma melhor compreensão das forças coercitivas que atuam numa configuração como a dos estabelecidos-outsiders, possamos conseguir, no devido tempo, conceber medidas práticas capaz de controlá-las.” (Elias e Scotson, 2000, p. 186). Para entendermos o pensamento de Elias é fundamental a compreensão do conceito de configuração, que significa a rede de interdependências formada pelos indivíduos. Estas configurações, que podem ser interna ou externa a um determinado grupo, são conseqüências inesperadas das inúmeras possibilidades de interações sociais vividas pelo indivíduo ou pelo grupo. O poder está situado sempre como elemento fundamental de qualquer configuração.

A partir do livro pretendemos encaminhar nossos comentários em dois níveis de discussão: um deles se refere aos conceitos abordados na Introdução onde os autores traçam um Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders; o outro, relacionando estes conceitos às barreiras que permeiam a inclusão de portadores de deficiência no sistema educacional.

Um outsider é aquele ou aqueles indivíduos que estão excluídos do grupo considerado estabelecido, que são considerados inferiores, e ainda são tidos como não observantes das normas e regras impostas pelos estabelecidos. Quanto ao grupo estabelecido, estes atribuem aos seus membros características humanas superiores a fim de manter sua superioridade social e excluem todos os membros do outro grupo do contato social. A exclusão e estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido são armas poderosas para que este último preserve sua identidade e afirme sua superioridade. Nesse sentido o preconceito não pode ser entendido apenas no plano individual, mas deve-se perceber ao mesmo tempo no nível do grupo.

A peça central da figuração estabelecidos-outsiders é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído.

Segundo Elias e Scotson (2000) na mecânica da estigmatização é necessário considerar o papel que cada pessoa faz da posição de

seu grupo entre outros e de seu próprio status como membro desse grupo. A estigmatização, como um aspecto da relação estabelecidos e outsiders, associa-se, muitas vezes, a um tipo de fantasia coletiva criado pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão – o preconceito – que seus membros sentem perante os que compõem o grupo outsider.

Preconceito, ignorância e deficiência

Considerando os portadores de deficiências como um grupo outsider no processo que se denomina inclusão na escola, gostaríamos de salientar que a ignorância e o preconceito se constituem algumas das barreiras que permeiam este processo. Os membros dos grupos outsiders são tidos como não observantes das normas e restrições preponderantes dos grupos estabelecidos. França (1998) nos fala que a prática normativa age por um processo de equiparação, de comparações, onde um indivíduo é comparável a outro tornando visível os desvios, o que distingue um do outro. “O próprio conceito de diferença está articulado na norma como desvio, e o preconceito é a efetuação, ou melhor, a efetividade desta” (França, 1998, p.208). A norma é a medida comum que um determinado grupo produz para sua auto-referência e está sempre a detectar os desvios, frente a diversidade do humano.

No mundo inteiro os problemas das crianças deficientes são, em parte, o resultado de séculos de ignorância, superstição e medo. Por toda à parte, a população não tem acesso a informações sobre causas, prevenção e tratamento da deficiência infantil, possuindo, no entanto, informações errôneas sobre o assunto. As principais causas da deficiência são resultado da pobreza e ignorância. Nas áreas rurais e nas favelas do mundo em desenvolvimento ficam especialmente evidentes as inter-relações entre a deficiência e a pobreza (Unicef, 1980).

A ignorância, que é a base dos preconceitos, toma aspectos dos mais diversos. Ora são noções falsas referentes às características físicas, tradições culturais ou crenças de um povo, ora verdadeiros mitos que facilitam entendimentos sobre-humanos ou de fraquezas. A ignorância provém tanto da ausência de conhecimentos, como da presença de idéias falsas. A ignorância em si não faz nascer o preconceito, mas favorece o seu desenvolvimento.

Quanto ao preconceito este é acompanhado quase sempre de opiniões inexatas ou sem fundamento no que se refere às pessoas que são objeto desse preconceito. Julgam-se, as pessoas não pelos seus méritos próprios, mas em função de idéias exageradas e deformadas referentes àquilo que se crê ser as características do seu grupo, admitindo-se erradamente que todos os membros de um mesmo grupo são idênticos e que as exceções não existem ou são insignificantes. A informação é arma poderosa que combate às idéias falsas e completa o conhecimento atacando diretamente o preconceito (Rose, 1972).

Integração/inclusão

No Brasil o momento que ora presenciamos é de transição entre a integração e o que se denomina hoje de inclusão. O movimento em favor da integração em nosso país surgiu na década de 70, com o conceito de normalização, que significa que devem ser dadas ao deficiente condições semelhantes, e tanto quanto possível, às oferecidas na comunidade onde ele vive. Este princípio representa a base filosófica e ideológica da integração (Goffredo, 1997). Sendo assim, a palavra *integrar* significa, acima de tudo, oferecer oportunidades iguais, apesar das diferenças; Integrar para ter acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura, ao lazer e à atividade física; acesso ao mundo físico sem barreiras.

A integração é conceituada como um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais que implica em reciprocidade (Brasil, 1994). Porém no modelo integrativo espera-se que o deficiente e só ele cumpra a sua parte, ou seja, a sociedade de braços cruzados aceita receber portadores de deficiência desde que sejam capazes de “adaptar-se” e vencer os obstáculos físicos e atitudinais.

Uma sociedade que aceita e valoriza as diferenças individuais, aprende a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação (Cidade e Freitas, 1997). Endo assim, a inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que as pessoas com necessidades especiais possam buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania (Sasaki, 1997). Segundo o autor, a inclusão é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive do próprio portador de necessidades especiais, que contribui para uma sociedade melhor.

Na escola, inclusão “pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente” (Edler Carvalho, 1998, p.170).

A escola como espaço inclusivo têm sido alvo de inúmeras reflexões e debates. A idéia da escola como espaço inclusivo nos remete às dimensões físicas e atitudinais que permeiam a área escolar, onde diversos elementos como a arquitetura, engenharia, transporte, acesso, experiências, conhecimentos, sentimentos, comportamentos, valores, etc., coexistem formando este locus extremamente complexo. A partir disto à discussão de uma escola para todos tem suscitado inúmeros debates sobre programas e políticas de inserção de alunos com necessidades especiais e, sobretudo dos portadores de deficiência. A grande polêmica está centrada na questão de como promover a inclusão na escola de forma responsável e competente. Dizendo de outro modo, “pensar na inclusão sem que haja integração psicossocial e pedagógica entre todos os alunos é uma forma requintada e perversa, embora habilmente mascarada, de segregação e de exclusão, apesar de estarem juntos, fisicamente e apenas” (Edler Carvalho, 1998, p.171).

Considerações finais

Os conceitos de outsider, estigmatização e preconceito aqui abordados estão baseados no pensamento de Elias e Scotson na relação estabelecidos-outsidere para o estudo da comunidade de Wiston Parva.

Refletindo sobre estes conceitos ousamos aplicá-los para entender algumas situações da inclusão dos portadores de deficiência na

escola, situações como a ignorância e o preconceito. Assim como em Wiston Parva onde os outsiders foram estigmatizados e menos valorizados por exigências normativas dos estabelecidos, assim os portadores de deficiência, considerados com “defeito” e em desvantagem têm enfrentado também expectativas normativas na escola. Estes que poderiam ser vistos como “nem menos que, nem pior que”, mas, o preconceito e a ignorância aparecem como barreiras, fruto do desconhecimento ou de informações tendenciosas, levam a generalização indevida no que se refere à transformação da pessoa com deficiência na própria condição de deficiência, na ineficiência global (Amaral, 1998).

Abstract

At the book “Os estabelecidos e os outsiders” by Norbert Elias and John Scotson we can read a study take part in Wiston Parva Community, nearby London, where Elias and Scotson “done an ambitious theoretical reflection, that moved the ways of social theory contemporary, about some topics between disparity and the power relationship around it” (Miceli, 2000, p.1). Some concepts like outsiders, discrimination and prejudice listed at the book introduction were the basis of this article between those concepts and the problems of disability person inclusion at Brazilian school. And so, like in Wiston Parva where the outsiders were discriminated and disdain by a movement of the leaders or state (supreme), the disability persons, consider “defective” and in disadvantage, also are expect improvement and laws at school.

Key words: Established; outsiders; discrimination; disability person; Brazilian school.

Referências bibliográficas

- AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.
- BRASIL, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 1994.
- CIDADE, R. E. A; FREITAS, P. S. **Noções sobre Educação Física e Desportos para Portadores de Deficiências: uma abordagem para professores de 1º e 2º Graus**. Uberlândia: Indesp, 1997.
- EDLER, C. R. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.
- ELIAS, N; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2000.
- FRANÇA, S. M. “Diferença e preconceito: a efetividade da norma” In: AQUINO, J. G. (org.) **Diferenças e Preconceito na Escola**. São Paulo: Summus, 1998.
- GOFFREDO, V. L. F. S. “Integração ou segregação? Eis a questão!” In: MANTOAN, M. T. E. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon: SENAC, São Paulo, 1997.
- MICELI, S. **Folha de São Paulo**, 8 jul. 2000. Especial, n. 64, p. 1.
- ROSE, A. M. A Origem dos Preconceitos. In: **DUNN, I.C. et al. Debates, Raça e Ciência II**. Perspectiva, 1972, p.161-194.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- UNICEF/BRASIL. **A Deficiência Infantil: Sua Prevenção e Reabilitação. Relatório da Reabilitação Internacional à Junta Executiva do UNICEF**. Brasília, 1980.